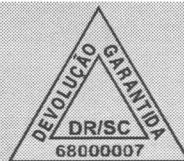


# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



**CORREIO**  
IMPRESSO ESPECIAL  
nº68000007/2002  
ECT/SC  
ALESC

Florianópolis, 28 de junho 2002

Ano 4 Nº 102

## Assembléia aprova LDO e inicia recesso

*Lei aprovada depois de acordo entre os Poderes*

(foto Carlos Kilian)

Com o estabelecimento de um reajuste gradual nos percentuais de repasse ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, depois de acordo entre os chefes dos três Poderes, o Projeto de Lei nº 0177.3/2002, que define as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro do Ano 2003, foi aprovado por unanimidade em plenário na quinta-feira (17). O acordo foi costurado durante as duas últimas semanas.



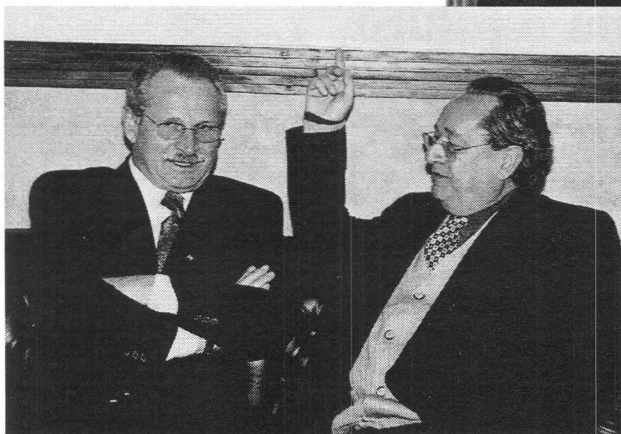
*Esforço concentrado permitiu aprovações importantes*

Na tarde anterior, um grupo de dez desembargadores acompanhava o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Amaral e Silva, em mais uma visita ao presidente da As-

sembléia, deputado Onofre Agostini (PFL). À noite, Legislativo e Judiciário reuniram-se no Palácio Santa Catarina, com o governador Esperidião Amin, quando chegaram a uma equação satisfatória. No próximo ano, o Poder Judiciário terá direito a 6,5% - um reajuste de 0,5% - da receita líquida disponível da arrecadação estadual, ficando o próximo governo obrigado por esta LDO a incluir no Plano Plurianual de Ações (PPA) 2004-2007 o reajuste dos percentuais para 6,7% no primeiro ano e 7% em 2005. De acordo com o presidente do TJ, o reajuste vai permitir que sejam instaladas as 17 comarcas, 53 varas e dois juizados especiais criados em lei aprovada pela Assembléia em 1999. O Ministério Público também conseguiu o reajuste do percentual de repasse, passando dos atuais 2,5% para 2,7%, com novos aumentos amarrados no PPA, passando para 2,8% em 2004 e 2,9% em 2005.

O parecer do relator, deputado Heitor Sché (PFL), acatou todas as 667 emendas ao Orçamento Regionalizado como indicações para análise da secretaria da Fazenda, anexando-as à LDO. Do total das 219 emendas apresentadas pelos parlamentares, 13 foram rejeitadas. (MMV)

(foto Eduardo Cuenas de Oliveira)



*Presidentes da AL e do TJ*

## Onofre faz balanço das matérias aprovadas

Ao enfatizar o êxito do esforço concentrado para votar diversos projetos, que mobilizou os parlamentares das comissões de Justiça e de Finanças em reuniões extraordinárias, o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), relatou que o tema mais polêmico foi o aumento de duodécimo da receita líquida disponível do Estado para o Tribunal de Justiça (TJ) e Ministério Público (MP). "Tivemos que ceder em alguns pontos e o reajuste será escalonado para minimizar o impacto financeiro no orçamento. No caso do TJ, a alteração teve como objetivo específico a instalação de novas comarcas, varas e juizados especiais", frisou o parlamentar.

Onofre lembrou que na proposta do

Simplex um substitutivo global garantiu a isenção do ICMS sobre os produtos primários. O exemplo seria a uva, utilizada na fabricação do vinho, nos mesmos moldes do Rio Grande. Quanto ao reajuste do funcionalismo público, após o governo ter vetado projetos de origem parlamentar, derrubados pela Assembléia, que garantiam autonomia e extensão do aumento aos poderes, o plenário acatou a matéria que estabelece que os poderes Legislativo e Judiciário vão seguir o parcelamento de reajuste determinado pelo Executivo.

Ficaram pendentes para o segundo semestre o Fundo de Aposentadoria dos Servidores, a Política de tecnologia e meio-ambiente, a SC-Portos e o preenchimento de cargos da SC-Arco. (RV)

## OPINIÃO

### Eleições: pare e pense



Neste momento em que as candidaturas e os projetos partidários começam a ser definidos para as próximas eleições, é preciso pensar em todos os avanços que Santa Catarina conquistou nos últimos quatro anos e no que ainda queremos alcançar no futuro. É preciso votar conscientemente e de forma bem informada para seguirmos evoluindo em nossa qualidade de vida.

Santa Catarina é um estado singular no contexto da Federação Brasileira. Nosso povo, de variadas origens étnicas gerou em

nossa terra sementes das mais diversas atividades econômicas que hoje desenvolvemos. Os produtos catarinenses são comercializados com sucesso em diversos países graças à marca associada com o conceito de alta qualidade. Somos fortes na agroindústria, na indústria eletrometal, têxtil, cerâmica, mecânica, madeireira, de papel e mobiliário. Não por acaso estamos alinhados aos maiores estados exportadores do Brasil. A proveniência de Santa Catarina já é uma marca de confiança. No turismo estamos despertando com sucesso para as nossas potencialidades.

Apesar de tudo isto, tenho certeza que os catarinenses anseiam por

ainda mais prosperidade e desenvolvimento. Ao avaliar o trabalho realizado por este governo e pela atual legislatura na Assembléia Legislativa, expressei meu orgulho ao concluir que esta foi marcada pelo pioneirismo de seus parlamentares, que incitaram o Executivo e os empreendedores de Santa Catarina a sair em busca de novas parcerias com outros estados e países, visando resultados práticos na melhoria do padrão de qualidade de vida para os catarinenses.

Mesmo entre os estados brasileiros com um dos menores índices de mortalidade infantil, analfabetismo, criminalidade e com uma das maiores perspectivas de vida, Santa Catarina precisa urgentemente continuar sua batalha por mais oportunidades de trabalho e de geração de renda para sua população. Para isto, seus representantes precisam estar afinados com sua comunidade.

Para continuarmos no caminho do progresso e atingirmos os objetivos ainda almejados, é importante seguirmos a atual linha de trabalho. Antes de exercermos o nosso direito de voto, precisamos nos preparar. Os catarinenses precisam parar e pensar antes de depositá-lo na urna: O que queremos para nosso estado? Queremos continuar a ser vencedores? Isto, só a voz das urnas responderá.

**Deputado Gilmar Knaesel (PPB)**  
knaesel@alesc.sc.gov.br

### Compromisso com o futuro



Como representante da região Nordeste de Santa Catarina pelo segundo mandato consecutivo, tenho procurado cumprir esta que considero a verdadeira missão do parlamentar: legislar para que as carências e necessidades da população que represento sejam previstas e contempladas pelo Estado. Sempre defendendo que os deputados devem manter postura ética e responsável no desempenho da função que lhes foi conferida pelo voto popular.

Durante um ano e meio fiz parte da mesa diretora desta casa, na função de 4º secretário, e jamais faltei a uma reunião da mesa. Dessa

forma, presidi um grande número de sessões plenárias da Assembléia. Acredito que seja essa postura, austera e responsável, a esperada pelo eleitor. Por isso apresentei projeto que prevê a alteração da Constituição do Estado limitando a imunidade parlamentar, que será mantida apenas para palavras, atos e votos do deputado no efetivo exercício do mandato.

Sempre atento aos direitos da população que represento, recentemente solicitei apoio da direção estadual do PMDB para entrar com ação de inconstitucionalidade contra o prefeito de Jaraguá do Sul, Irineu Pasold, que no dia 30 de dezembro de 2001 editou decreto aumentando o IPTU em cerca de 30% e expandindo a área tributável do município. Uma medida inconstitucional e arbitrária, que não respeitou a inflação do período e foi aplicada sem passar pela Câmara de Vereadores. O Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, considerou ilegal o decreto da prefeitura, que foi derrubado por liminar.

Mas a região Nordeste de Santa Catarina e o Vale do Itapocu em especial têm muitas outras carências. Apresentei dez propostas de emenda ao Projeto de Lei 177/02 solicitando a inclusão de algumas dessas demandas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003. Solicitei, inclusive, uma alteração no texto do projeto de lei, para que seja suprimido o inciso III do artigo 16, que impede o governo de repassar subvenções sociais aos clubes, associações de servidores e entidades congêneres.

Formalizei o pedido de inclusão de auxílio ao desenvolvimento dos sistemas viários dos municípios de Schroeder, Guarimir e Corupá. Schroeder precisa dispor de uma ligação pavimentada que dê acesso a Guarimir através do trecho da BR-280. Em Corupá, a pavimentação do acesso à Rota das Cachoeiras do Parque Ecológico Emílio Batistela é fundamental para desenvolver o potencial turístico da região.

No setor de saneamento básico, propus que sejam ampliados os sistemas de abastecimento de água dos municípios de Corupá e Schroeder e que sejam implantados sistemas de esgoto sanitário em Corupá, Schroeder, Guarimir e Massaranduba. De nada adianta Jaraguá do Sul implantar seu sistema de tratamento de esgoto se os municípios vizinhos, ligados todos à mesma bacia hidrográfica, apresentam déficit de saneamento, hoje o principal responsável pela transmissão de doenças no Brasil.

A região também necessita de prédios adequados ao desenvolvimento dos trabalhos nos fóruns das comarcas. Queremos que esteja prevista no orçamento de 2003 a construção de casas da cidadania (juizados de pequenas causas e centrais de expedição de documentos) em Corupá, Massaranduba, Schroeder e no Bairro Nereu Ramos, em Jaraguá do Sul.

**Deputado Ivo Konell (PMDB)**  
konell@alesc.sc.gov.br

#### Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)  
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)  
1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)  
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)  
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)  
4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)  
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021  
imprensa@alesc.sc.gov.br

#### Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado  
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos  
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP  
Chefe de Redação: Marise Ortega  
Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas  
Revisão: Mirela Maria Vieira  
Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos  
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian  
Distribuição: Setor de Expedição  
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

## PRESIDÊNCIA

### São Bento do Sul em destaque na Assembléia

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Diversas autoridades estaduais, deputados e prefeitos acompanharam na noite de terça-feira (25), na Assembléia, a apresentação do município de São Bento do Sul no projeto *Retratos de Santa Catarina* – evento que divulga as potencialidades de todas as regiões catarinenses.

Conhecido como a *Capital Nacional dos Móveis*, São Bento do Sul, com seus 66 mil habitantes, descobriu na transformação da madeira a sua vocação. Os móveis, produzidos com tecnologia de ponta, são reconhecidos internacionalmente por sua beleza e qualidade. São 200 empresas que proporcionam emprego para 7000 trabalhadores. As indústrias metalúrgica, de plásticos, cerâmica, fiação e tecelagem, higiene e limpeza, além do comércio, também são setores de destaque na econo-



Grupo folclórico mirim

mia local. É também a *Cidade da Música e do Folclore*, onde destacam-se 15 grupos folclóricos. Alguns mostraram ao público um pouco da sua música e da sua dança originadas em diferentes regiões da Alemanha e trazidas ao município pelos seus colonizadores. O público acom-

panhou ainda a apresentação da Orquestra de Câmara do município.

O prefeito de São Bento do Sul, Silvio Dreveck (PPB), parabenizou o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), pela iniciativa de permitir aos municípios do Estado mostrarem seus destaques dentro desse projeto. Agradeceu também às indústrias que expuseram alguns dos seus produtos no hall do Legislativo Estadual e que representam 78% da economia do município.

Durante a solenidade, o presidente da Assembléia comunicou que na tarde de terça-feira os parlamentares aprovaram o projeto de iniciativa do deputado Francisco de Assis (PT) que reconhece São Bento do Sul como a *Capital Nacional dos Móveis*. (RMPP)

### Dia Estadual de Mobilização pela Vida

Em homenagem ao sábio-herói Herbert de Sousa, que lutou pelos direitos humanos, reforma agrária, ética na política e controle da AIDS, destacando-se ainda pela campanha contra fome, foi aprovado o projeto instituindo o *Dia Estadual de Mobilização pela Vida*. A proposta, do deputado Onofre Agostini (PFL), determina que a data seja comemorada no dia nove de agosto de cada ano. Segundo o autor, o estabelecimento da data base vai estimular a divulgação das iniciativas voltadas a promoção da cidadania, erradicação da fome e da pobreza, incentivando novas ações.

**Dia do Aposentado** – Em projeto aprovado, também de Agostini, fica instituído o *Dia do Aposentado Catarinense*, a ser comemorado em 14 de outubro. Ao mesmo tempo, inclui a data

no calendário oficial do Estado. A intenção do deputado foi “reconhecer, enaltecer e valorizar o trabalho realizado pelos catarinenses durante anos de dedicação em prol do desenvolvimento de nosso estado, mais precisamente os professores aposentados”.

**Rodovia** – Denominar *Rodovia Eneclino Batista Ribeiro* ao trecho da SC-438, Rio Lavatudo/Divisa com Lages, foi outra proposta de Agostini aprovada em homenagem ao ex-deputado joaquinese, que trabalhou pela região serrana desde 1924 e, no legislativo, apresentou em 1951 uma indicação para abertura da Rodovia da Serra do Rio do Rastro.

Em outra proposição o deputado declara de utilidade pública a *Sociedade Amigos da Caputera (SAC)* de Laguna. (SD/CW/MIL)

### AL firma parceria com UFSC

Protocolo de cooperação entre a Assembléia e a UFSC assinado nessa semana pelo presidente, deputado Onofre Agostini (PFL), e pelo reitor Rodolfo Pinto da Luz, cria oportunidades para os servidores do Poder Legislativo em cursos de



Assinatura do convênio

graduação e pós-graduação. O convênio também abre possibilidades de estágios extracurriculares para estudantes universitários atuarem na Assembléia. O intercâmbio terá vigência de 5 anos.

A parceria vai possibilitar a realização de pesquisas, cursos, concursos, estágios e consultorias. Além da capacitação acadêmica, prevê a titulação dos servidores do Poder. Segundo Agostini, a assinatura do convênio “amplia o vínculo *Legislativo-Escola* estabelecido com outras Universidades, visando capacitar os servidores e, na contrapartida, reforçando a abertura de espaços para estagiários universitários”. (MIL)

(foto Carlos Kilian)

## COMISSÕES

### Relatório final é aprovado pela CPI dos Contratos

Iniciada ainda no ano passado, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Contratos do Governo encerrou os trabalhos na segunda-feira, 24, com a aprovação do relatório feito pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PPB) por unanimidade, com alguns encaminhamentos deliberados pelos integrantes. Apenas o deputado Afrânio Boppré (PT), que teve pedido de prorrogação da CPI para aprofundar o caso da BR-282 negado por seus pares, não votou, anunciando a decisão tomada pela sua bancada em se retirar da Comissão.

“Sem ouvirmos a ARG – empresa de engenharia que assumiu as obras –, sem nova ouvida do diretor do DER (Edgar Roman) frente aos fatos apresentados pelo TCU, e sem o resultado da auditoria do TCE, esta CPI está fugindo ao seu dever de casa”, insistiu Boppré. O presidente, deputado João Henrique Blasi (PMDB), lamentou a decisão do petista. “Considero-a antidemocrática. O encerramento foi votado e aprovado pela maioria na semana passada”, assinalou Blasi.

O relator fez a leitura em seguida, com a

presença de todos os parlamentares que atuaram na CPI durante seis meses (Blasi, Lício, Ronaldo Benedit/PMDB, Sandro Tarzan/PPB, Jaime Duarte/PPS e Julio Garcia/PFL). No caso do superfaturamento em 300% das obras no trecho de 59 quilômetros da BR-282

(Vargem – São José do Cerrito) que levou o TCE a suspender o edital de licitação em outubro do ano passado, os depoimentos do TCE e do DER, informações do Tribunal de Contas da União (TCU), serão encaminhadas ao Ministério Público Federal e ao Estadual. A Comissão de Transportes fica encarregada de acompanhar e fiscalizar o andamento das investigações, para onde será remetida a reinstrução da



(foto Eduardo Gueles de Oliveira)

Lício e Blasi durante apresentação do relatório

auditoria feita pelo TCE, ainda não terminada.

**Cidasc** – Quanto ao contrato entre Companhia de Integração e Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e a empresa Inlogs, que se destinaria a realização de melhorias no terminal graneleiro do Porto de São Francisco, os parlamentares aprovaram seu arquivamento, deixando os depoimentos e documentos à disposição dos órgãos interessados. Com a anulação do convênio entre Cidasc e Inlogs, por decisão do próprio governador, os deputados consideraram este caso um dos que puderam ser corrigidos por força da atuação da CPI.

A prorrogação de contratos temporários no âmbito da saúde também foi considerada como explicada e resolvida, já que a secretaria da Saúde promoveu concurso público para preenchimento das vagas. Os depoimentos de concursados e não contratados pela Cidasc para atuar na fiscalização sanitária animal nos limites territoriais do estado, caso denunciado pelo deputado Hemeus de Nadal (PMDB), vai direto para o MP. Também será enviado documento à presidência da Cidasc exigindo a contratação imediata dos chamados barreiristas, já aprovada inclusive pelo Conselho de Política Fazendária (CPF) estadual. O último caso do rol de contratos investigado pela CPI, relativo às empresas responsáveis pelos controladores de velocidade (radares e lombadas eletrônicas), também foi considerado esclarecido e dentro das normas legais tendo sido deliberado seu arquivamento. A análise dos contratos de controladores de velocidade foi requerida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT). (MMV)

### Selo de Qualidade do Turismo

Convocada pelo deputado Sandro Tarzan (PPB), audiência pública realizada na segunda-feira (24) reunindo setor privado, universidades e órgãos estatais, analisou e debateu o Projeto de Lei nº 500/2001, de autoria do parlamentar, que cria o Selo de Qualidade do Turismo Catarinense. Participaram das discussões o deputado Ivan Ranzolin (PPB), o presidente do Ipuf, Carlos Alberto Riederer, gerente técnico da Santur, Leandro Betoli Neto, o presidente da Associação Brasileira de Hotéis (Abih), João Moritz, o presidente da Abrasel, Luciano Ferreira Bartolomeu e o secretário de turismo e economia da Assembléia, Israel Roman, além de professores e alunos de universidades que oferecem o curso de turismo e hotelaria.

Com a instituição do Selo, explicou Tarzan, pretende-se estimular o aperfeiçoamento dos serviços executados pela iniciativa privada, preservando e melhorando a imagem interna e externa do setor, fortalecendo a confiança do turista. Uma preocupação comum en-

tre os participantes do evento era a possibilidade de confronto entre o futuro selo catarinense e o já instituído pela Embratur. “A iniciativa é exemplar, mas precisamos discutir mais com profissionais da área para que o selo de qualidade seja almejado e respeitado por empresários e turistas”, assinalou Moritz.

Luciano Ferreira salientou a necessidade de fixação de critérios, opinião compartilhada pelo prefeito de São Carlos, Cláudio Alberto Campos, que também questionou qual seria o prazo de validade do selo e quem iria averiguar se os serviços estariam dentro dos critérios estabelecidos.

Projeto elaborado por alunos de turismo e hotelaria da Associação de Ensino de Santa Catarina (Assesc), pode resolver as questões. A proposta inclui a criação de um instituto de qualidade estadual para a área de turismo, hotelaria, gastronomia e meio-ambiente, que seria o responsável pela análise para concessão do selo e pela averiguação dos serviços prestados pelos estabelecimentos já selados. (TK)

## PLENÁRIO

### Reajuste salarial aos três poderes

Aprovado o projeto de lei estendendo os benefícios da Lei nº 12.201/02, que dispõe sobre a reposição das perdas salariais dos servidores de 1º de julho de 2001 a 30 de abril deste ano. O percentual foi definido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e ficou em 8%.

A matéria prevê a extensão do benefício, na forma de reajuste salarial, aos poderes Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Estadual. Os percentuais serão iguais e concedidos no mesmo período em que

o Executivo o fizer. O líder do PMDB, João Henrique Blasi, autor de uma das emendas rejeitadas, propôs que os poderes e as instituições que gozam de autonomia orçamentária e financeira tivessem liberdade para implementar o reajuste salarial de acordo com as suas possibilidades. Desta forma, justificou o parlamentar, seria efetivado o princípio constitucional de autonomia dos poderes, ao mesmo tempo, evitando futuras polêmicas como a suscitada pelo Executivo de reajustes diferenciados praticados por alguns poderes. (TK)

### Programa Estadual de Fitoterapia e Plantas Mediciniais

Aprovado substitutivo global de autoria dos deputados Volnei Morastoni (PT) e Nelson Göetten (PPB), que cria o Programa Estadual de Fitoterapia e Plantas Mediciniais. A medida, que tem por objetivo o estímulo ao desenvolvimento de atividades intersetoriais voltadas à fitoterapia, contribuirá com a promoção da saúde e a produção de plantas medicinais para servirem de insumos à indústria farmacêutica, agregando valor e gerando renda ao produtor.

A definição das plantas medicinais e dos fitoterápicos incluídos no programa acontecerá com base nas características epidemiológicas da população que receberá o atendimento. O acesso aos produtos será através da promoção e do incentivo de hortas caseiras e farmácias vivas, com a produção de mudas e a orientação sobre o cultivo e uso.

Está previsto, a criação de mecanismos que regulem os preços dos produtos ofere-

cidos pelo programa, garantindo a viabilidade econômica para os produtores e acessibilidade à população. Além disso, a capacitação de profissionais da área da saúde para a utilização da fitoterapia, e a promoção da produção através de diversos mecanismos de incentivo. (SD)

### Mudanças para as polícias civil e militar

Foram aprovados, de autoria do deputado Heitor Sché (PFL), três projetos de lei relativos às polícias civil e militar. O primeiro assegura a retribuição ao servidor policial que sofrer lesão em diligência ou ação decorrente de sua atuação profissional.

A proposta altera os estatutos e o Plano de Assistência à Saúde desses servidores, e busca assegurar aos policiais “a percepção de remuneração calculada pela média auferida nos seis meses que antecederem a licença para tratamento de saúde, nesta computadas todas as vantagens pagas em razão do exercício”.

Além disso, fica estabelecido que os beneficiários do Plano de Assistência à Saúde não participarão nas despesas quanto o tratamento médico visar a recuperação de ferimentos ocorridos durante

### Casan cria empresa subsidiária

De origem governamental, aprovado projeto que autoriza a constituição de empresa subsidiária junto à Casan e a transferência temporária de concessões. A nova empresa, criada na modalidade de Sociedade de Propósito Específicos – SPE, é uma espécie de empresa virtual, sem a contratação de funcionários e que, segundo o projeto, vai permitir mais saneamento para Santa Catarina. Através da SPE será possível à Casan obter linhas de financiamento junto aos agentes oficiais. Por 12 anos ficam criados sistemas de saneamento básico em 30 municípios do Estado. No modelo proposto, o pagamento dos recursos obtidos pelo financiamento estará assegurado pelo faturamento dos próprios sistemas de saneamento que foram viabilizados pelos recursos obtidos. Uma vez quitados os débitos dos financiamentos, a SPE será extinta e todos os seus bens e ativos reverterão à Casan. Para a efetivação do projeto, será necessária a sua aprovação pelas câmaras municipais. (RMPP)

ação profissional.

**Aposentadoria** – A seguinte aprovação diz respeito à regulamentação da aposentadoria do servidor público policial. A aposentadoria será compulsória ou voluntária e após 30 anos de contribuição para o policial masculino e 25 anos para a policial feminina, desde que, pelo menos, contabilizem 20 anos e 15

anos do exercício em cargo de natureza estritamente policial, respectivamente.

**Convocação** – Também aprovado projeto determinando a convocação dos Policiais Civis e Militares inativos para os quadros da secretaria de Segurança. De acordo com o parlamentar, “esses profissionais já estão preparados e a sua convocação constitui-se no meio mais econômico para o Estado garantir um pouco mais de segurança para a sociedade”. (CLR)



heitor@alesc.sc.gov.br

### Cultura

À concessão de gratificação aos membros do Conselho Estadual de Cultura, desde que não sejam servidores públicos do Estado, foi aprovada em projeto governamental. Fica atribuído o pagamento dessa gratificação por presença às sessões plenárias e de câmaras a que comparecerem, correspondente a 40% sobre o menor valor de vencimento da escala-padrão do quadro de pessoal civil da administração direta. (RMPP)

## PLENÁRIO

### Normas para a montagem e desmontagem de veículos

Os estabelecimentos comerciais que atuam no ramo de montagem e desmontagem de veículos, de comercialização de peças e acessórios vindos desses locais, e componentes considerados fora de uso, ficam obrigados a ter registro em órgão estadual que o Executivo indicará como responsável. Esta determinação está prevista no projeto



assis@alesc.sc.gov.br

do deputado Francisco de Assis (PT) aprovado nessa semana. Os estabelecimentos só poderão atuar nesse ramo através de documentação que comprove a procedência do veículo, das peças e acessórios, com baixa junto ao Detran.

No ano passado, a Assembléia aprovou e o governador vetou o projeto de lei do mesmo autor, que estabelecia normas para a fiscalização de montagem e desmontagem de veículos no Estado. Diante das constantes denúncias na imprensa tratando deste assunto, Assis tomou a iniciativa de reapresentar a matéria.

O parlamentar argumentou que os furtos de veículos têm causado grandes preocupações e que o objetivo do projeto é estabelecer uma legislação estadual sobre o desmonte ilegal e a venda irregular de peças usadas. Ele defendeu que, através do cadastro das empresas na secre-

taria da Fazenda, será inibido o funcionamento de esquemas de compra de carros irrecuperáveis, os quais já deveriam ter sofrido baixa de registro. "Dessa forma, a documentação não poderá ser usada para esquentar veículos roubados ou furtados e que trafegariam com documentos aparentemente legais, como

aconteceu recentemente em empresa no Sul do estado que fazia parte de um grande esquema de adulteração de veículos", declarou Assis. (SD)

### Contratos temporários

Aprovado projeto governamental prorrogando por mais um ano o prazo dos contratos temporários de 131 profissionais que atuam, exclusivamente, nos Centros Educacionais, de Internamento Provisório e Casas de Semi-Liberdade, destinados ao abrigo e reeducação de menores infratores de maior periculosidade. Como há concurso público no âmbito da secretaria da Justiça em andamento, e o trabalho com os menores exige treinamento, além do fato de que a maioria dos que estão realizando os concursos são os próprios contratados em caráter temporário, a medida é necessária tanto pela singularidade das funções, quanto pelas dificuldades inerentes a um ano eleitoral, que gera problemas na dinâmica institucional de difícil superação. (MMV)

### Denominação de Capitais Catarinenses

Foram aprovados projetos de lei do deputado João Rosa (PTB) reconhecendo os municípios de Bombinhas, São Francisco do Sul, Itajaí e Araquari, respectivamente, como *Capitais Catarinenses de Esportes Sub-aquáticos, da História do Mar, da Construção Naval e do Maracujá*.

Por proposição do deputado Francisco de Assis (PT), o município de São Bento do Sul passa a ser denominado *Capital Catarinense dos Móveis*. Com projeto de autoria do deputado Ivan Ranzolin

(PPB), fica reconhecido Rio Rufino como *Município Promotor da Festa Nacional do Vime*.

De autoria do deputado João Rosa (PDT) projetos denominando os municípios de Penha e Barra do Sul, respectivamente, *Capital Catarinense do Turismo Temático e da Construção Naval Artesanal*.

Já de procedência do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) o que reconhece Criciúma como a *Capital Catarinense do Carvão e das Cerâmicas*. (SD)

### Simples/SC

Aprovado projeto do Executivo dispondo sobre mudanças no *Simples/SC*, que é o tratamento diferenciado e simplificado às micro e pequenas empresas catarinenses no pagamento do ICMS. Em todo o Estado cerca de 69 mil empresas se enquadram no *Simples/SC*. Elas recolhem o imposto sob a forma de um percentual da receita tributável.

A matéria foi aprovada com substitutivo global do deputado Joares Ponticelli (PPB), onde constam emendas de vários deputados, entre elas, a da deputada Ideli Salvati (PT) que suprime o recolhimento do diferencial da alíquota de ICMS de mercadorias adquiridas em outros Estados para serem revendidas em Santa Catarina. (RMPP)

### PDI do Besc

Cinco deputados vão acompanhar e buscar mediar conflitos para viabilizar, em caráter de urgência, o Plano de Demissão Incentivada (PDI) do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). "O problema é muito sério. Todos estavam preparados, depois de dois anos de negociações. Agora, só têm incertezas. A questão envolve a sobrevivência de mais de três mil famílias catarinenses", argumenta o deputado Jorginho Mello (PSDB), autor de requerimento aprovado em plenário, criando uma Comissão Temporária Especial Externa (CTE). (MMV)

### Modalidade de licitação

Projeto governamental aprovado, autoriza a administração direta e indireta, autárquica e funcional dos poderes e órgãos do Estado a adotar o pregão como modalidade de licitação. O projeto implanta o pregão ao longo do exercício governamental atual. Para as licitações que exigem avaliação técnica ou bens de serviços comuns, assim como as obras públicas, continua-se aplicando a Lei Federal nº 8.666/93 sendo definidos em regulamentação própria do Poder Executivo quais bens e serviços poderão ser objeto do pregão. (TK)

## Honraria de Mérito

Aprovado projeto do deputado Joares Ponticelli (PPB), que autoriza a concessão de Honraria de Mérito aos catarinenses Zenon de Souza Farias, Renato Sá e Adelarado Madalena, pela relevância de

suas trajetórias no cenário esportivo nacional. A honraria será concedida em forma de placa personalizada, em sessão solene da Assembléia, em data e local a serem programados. (CW)

## Professores da Udesc

Aprovado projeto de lei complementar permitindo que a admissão de professores colaboradores ou visitantes da Udesc ocorra pelo prazo de dois anos, com direito à prorrogação. Na justificativa, o reitor da universidade, Raimundo Zumblick, explica que o procedimento atual, proibindo os docentes colaboradores de realizar novo processo seletivo após dois anos de trabalho, tem causado sérios danos acadêmicos à instituição pois, em geral, eles são mais capacitados do que aqueles que ainda não fizeram o concurso público. (RV)

## Veto

Os deputados mantiveram o veto total ao projeto do deputado Jaime Duarte (PPS), que criava o *Conselho Estadual da Juventude*. O objetivo era desenvolver ações, fiscalizar cumprimento da legislação, promover cooperação e intercâmbio e indicar ao governo do Estado um representante para o Conselho Estadual de Educação. (CW)

## Incentivo ao esporte

Incrementar os financiamentos e patrocínios às atividades esportivas, mediante incentivos às empresas que atuam no mercado e sejam contribuintes do ICMS é o objetivo de projeto aprovado, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL).

A proposta do parlamentar altera a Lei 10.929/98, que instituiu o *Sistema Estadual*

*de Incentivo à Cultura*, incluindo incentivos às atividades esportivas. De acordo com o parlamentar, a matéria abre novas oportunidades ao desporto e oferece ao empresariado a oportunidade de promoção de negócios pela via do patrocínio ou do financiamento de equipamentos ou de atividades esportivas. (CLR)

## Sanções por discriminação

Assembléia aprovou emenda constitucional da deputada Ideli Salvatti (PT) que dá nova redação ao inciso IV do artigo 4º, que trata *Dos Direitos e Garantias Fundamentais, da Constituição do Estado de Santa Catarina*, acrescentando a expressão "orientação sexual". O referido dispositivo constitucional passa a vigorar com a seguinte redação: "IV - a lei cominará sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a entidades que incorrerem em discriminação por motivo de origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, crença religiosa, orientação sexual ou de convicção política ou filosófica, e de outras quaisquer formas, independentemente das medidas judiciais previstas em lei". (CW)

## Proposições

**Deputado Rogério Mendonça** (PMDB) ao ministro dos Transportes e aos parlamentares da bancada catarinense no Congresso solicitando a realização das obras de duplicação da BR-470.

**Deputado João Macagnan** (PFL) ao presidente da Embratur solicitando que a *Festa Nacional do Colono*, que acontece sempre na segunda quinzena do mês de julho, em Itajaí, seja incluída no calendário de eventos da Embratur.

**Deputado Ronaldo Benedet** (PMDB) ao governador, ao secretário dos Transportes e ao diretor do DER/SC solicitando reparos no acostamento da SC-444, que liga Içara ao Balneário Rincão.

**Deputado Nilson Gonçalves** (PSDB) ao presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em Brasília, solicitando que sejam mantidos em funcionamento os atuais centros de triagem dos correios em Santa Catarina.

**Deputado Adelor Vieira** (PMDB) ao presidente da AL requerendo a realização de Sessão Especial, no dia 6 de agosto próximo para homenagear o Conselho Estadual de Entorpecentes, pelos seus 20 anos de atividades.

**Deputada Ideli Salvatti** (PT) ao governador e à secretária da Educação indagando sobre os critérios utilizados no processo seletivo para a contratação de estagiários para as escolas da rede estadual no município de Chapecó.

**Deputado Herneus de Nadal** (PMDB) ao secretário dos Transportes solicitando providências para a realização das obras de recapeamento de trecho no perímetro urbano de Mondaiá até o início da rodovia SC-386.

**Deputado Julio Garcia** (PFL) ao prefeito de Araranguá cumprimentando-o pelo recebimento de vários prêmios concedidos pelo Conselho Federal de Contabilidade.

**Deputado Gelson Sorgato** (PMDB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jesus cumprimentando-os pela passagem do 7º aniversário de emancipação político-administrativa do município.

**Deputado Reno Caramori** (PPB) ao presidente da Celesc solicita a construção de um alimentador de energia, interligando a subestação de Canoinhas ao município de Papanduva.

**Deputado Narciso Parisotto** (PTB) às autoridades de Imbituba e Santa Cecília cumprimentando-as pela passagem dos aniversários de emancipação político-administrativa daqueles municípios.

**Deputado Afonso Spaniol** (PPB) ao diretor geral do Ibama requerendo indenizações aos proprietários de terras em áreas de preservação ambiental pelos custos da aquisição e dos investimentos realizados nas mesmas.

**Deputado José Paulo Serafim** (PT) ao governador, ao secretário da Segurança Pública e ao diretor do Detran/SC solicitando que os procedimentos para a obtenção da habilitação possam ser realizados na cidade de Fraiburgo.

**Deputado Sandro Tarzan** (PPB) ao Padre Blévio Oselame da Paróquia de São Joaquim cumprimentando-o pelo recebimento do título de *Cidadão Joaquinense*.

**Deputado Odacir Zonta** (PPB) ao governador e ao secretário da Fazenda solicitando a isenção do ICMS sobre a produção de bulbos de flores.

**Deputado Rogério Mendonça** (PMDB) ao chefe do DNIT/SC pedindo a recuperação das pontes localizadas nos bairros Pamplona, Valada São Paulo, Valada Itoupava e Canta Galo, na BR-470, em Rio do Sul.

**Deputado João Macagnan** (PFL) às autoridades e ao povo de Imbituba parabenizando-os pelos 44 anos de emancipação político-administrativa do município. (CW)

## ESPECIAL

## Senador Althoff recebe honraria de mérito

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Parlamentar de atuação destacada na CPI do Futebol, quando apresentou o relatório final apontando os autores de desmandos no esporte, o senador catarinense Geraldo Althoff (PFL) foi homenageado pela Assembléia com honraria de mérito na segunda-feira (24), numa iniciativa do líder do PFL, deputado Julio Garcia. Na sessão solene comandada pelo presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), familiares, amigos e correligionários lotaram o plenário para reverenciar a carreira do pediatra, professor e político nascido na cidade de Tubarão.

Garcia fez um breve relato da carreira profissional e política de Althoff. "Meu amigo há 22 anos, Geraldo substituiu à



Homenageado, familiares e deputado Julio

altura o senador Kleinubing e imprimiu sua marca de coragem e de verdade no Congresso Nacional. Marcou, com dignidade, seu nome no cenário político nacional".

Para o líder do governo, deputado Joares Ponticelli (PPB), a honradez e a luta

pelas causas regionais demonstrada pelo homenageado, rendeu frutos importantes para a região da Amurel, como a construção do Aeroporto Regional Sul.

Althoff falou de seu trabalho de 27 anos em prol da criança de Tubarão e região, qualificado como gratificante pela redução da mortalidade infantil, e da difícil tarefa de substituir Kleinubing e representar Santa Catarina no Senado Federal. Relatou incumbências complexas como

a relatoria da CPI do Futebol e da participação no Conselho de Ética e na CPI do Judiciário, argumentando que teve como referências políticas os companheiros senadores Esperidião Amin e Jorge Bornhausen. (RV)

## Caridade é grande homenageada em sessão solene

(foto Carlos Kilian)

Os 100 anos de existência da Associação Irmão Joaquim foram homenageados em sessão solene requerida pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PPB), realizada na terça-feira (25). Conduzida pelo presidente, deputado Onofre Agostini (PFL), o evento reuniu personalidades como o historiador Nereu do Valle Pereira, autor do livro sobre a vida de Irmão Joaquim, em quem foi inspirada a denominação da Associação responsável pela criação da Maternidade Carlos Corrêa, além do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa.

Salientando o significado histórico da passagem dos 100 anos de existência da Associação Irmão Joaquim, como exemplo da vocação de Santa Catarina na prática da solidariedade, o deputado Lício Mauro lembrou um pouco da história e da importância da instituição.

A Associação nasceu em 1902, muito tempo depois da morte de Joaquim Francisco do Livramento, o Irmão Joaquim, nascido em 1749 na hoje capital catarinense. "Já naquela época, Santa Catarina mostrava sua vocação para a caridade, a solidariedade, o amparo aos pobres e desprotegidos, enquanto que o Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, segregava os pobres", enfatizou o parlamentar. Depois da criação do Asilo, foi a vez da Associação encampar a briga para a construção de uma maternidade - sob a batuta de João Augusto do Carmo-, cuja pedra fundamental foi lançada em 10 de maio de 1925. A construção da maternidade, que carrega o



Lício destaca importância da instituição

nome do grande médico Carlos Corrêa, representou a salvação das vidas de centenas de mulheres pobres na época, que dependiam apenas da habilidade das parteiras.

O presidente da Associação Irmão Joaquim, João Bosco Caminha, recebeu placa comemorativa das mãos do governador Esperidião Amin (PPB), que esteve informalmente no evento. A sessão teve participação especial da Orquestra Sinfônica catarinense (OSCA), que trouxe ao plenário da AL o quinteto de metais e madeira para executar o Hino Nacional sob a regência do maestro José Nilo do Vale. (MMV)

## Agenda

**Dia 2**, às 19 horas - Lançamento da Festa Estadual da Polenta do município de Rio do Oeste

**Local:** Hall da Alesc

**Dia 8**, às 19 horas - Sessão solene em homenagem à Irmã Célia Cadorin e demais pessoas que participaram da canonização de Madre Paulina

**Local:** Clube Humaitá - Nova Trento

**Dia 11**, às 19 horas - Sessão solene para entrega de medalhas de Mérito Antonieta de Barros à entidades e personalidades

**Local:** Plenário